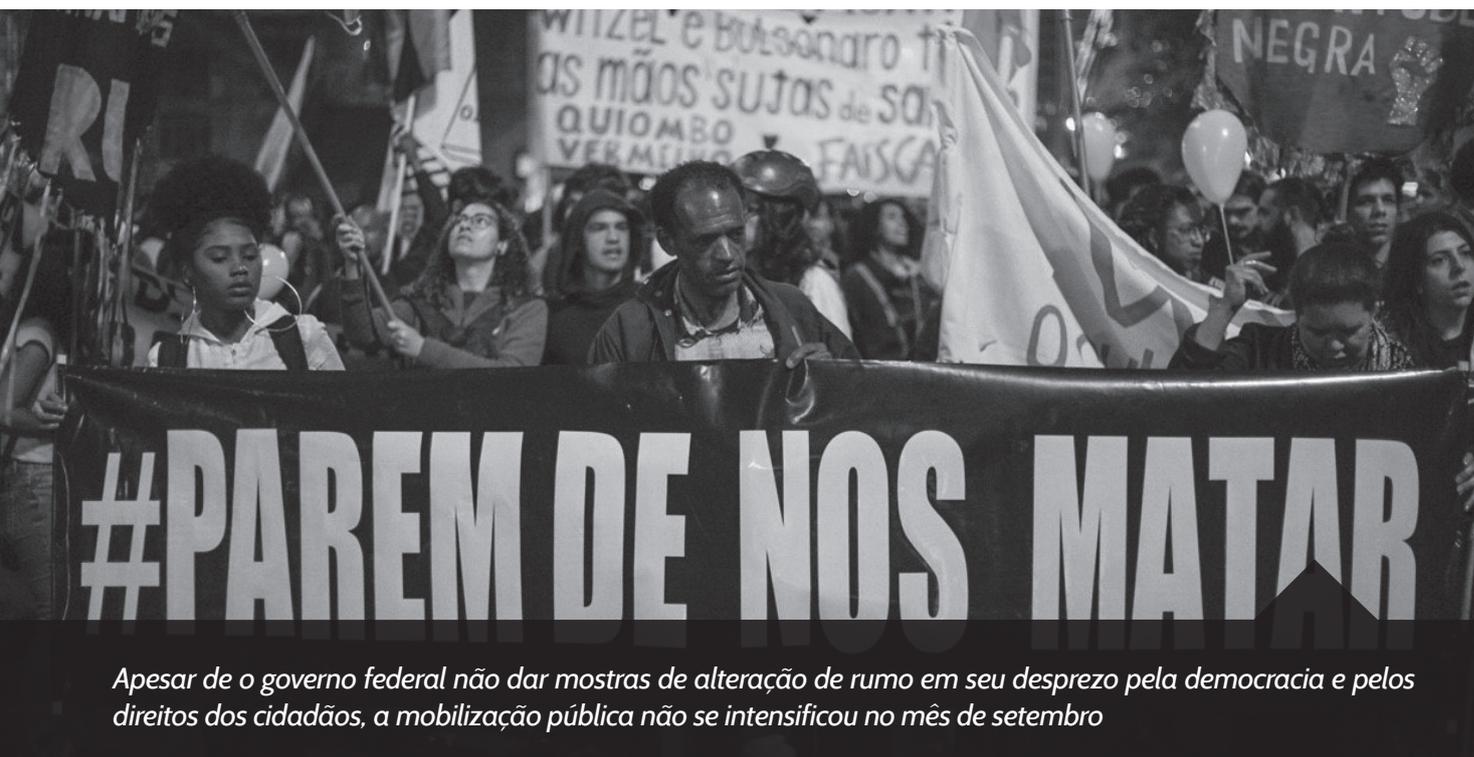


# MOVIMENTOS SOCIAIS



*Apesar de o governo federal não dar mostras de alteração de rumo em seu desprezo pela democracia e pelos direitos dos cidadãos, a mobilização pública não se intensificou no mês de setembro*

Foto: Mídia Ninja

## Mortes, queimadas, retirada de direitos e apatia

A mobilização pública dos movimentos sociais, a julgar pelo tamanho dos atos públicos, não se intensificou no mês de setembro. Isso a despeito de duas importantes agendas surgidas no período, ambas envoltas por características graves de ataques aos direitos da população e ao patrimônio nacional.

A Greve Global pelo Clima, de articulação internacional, não correspondeu às expectativas nas mobilizações realizadas dia 20. Embora a convocação tenha contado com o estímulo de organizações não-governamentais como Greenpeace e World Wild Fund, que, em tese, dialogam com setores médios da população não-engajados em movimentos sociais de raiz. Apesar das grandes queimadas florestais em território brasileiro nas semanas que antecederam os atos, a presença foi pequena em São Paulo e outras capitais.

Na semana seguinte, após a morte da menina Ágatha Félix, baleada por fuzil das forças de segurança do estado do Rio de Janeiro, os movimentos sociais que atuam em favelas chamaram o Ato Nacional Unificado por Ágatha Félix, pela Vida e contra o Genocídio Negro, no dia 27 de setembro, realizado em ao menos oito cidades. Este, com identificação so-

cial mais precisa, pode ter sua dimensão e impacto mais bem avaliados pelo fato de ter extrapolado os limites territoriais onde a violência de Estado se manifesta com maior frequência e organicidade. Trazer o tema da perseguição aos negros e populações periféricas para perto das pessoas que não vivem essa realidade foi uma ousadia e uma provocação às consciências.

Enquanto isso, as políticas de desprezo e ataque à população continuam se manifestando de diferentes formas. Se a aparente indiferença de parte da sociedade no tocante a temas aparentemente distantes do cotidiano das pessoas – privatizações, mudanças de orientação na política externa, ódio pela demarcação de terras indígenas, desmonte de políticas de fomento à cultura, intervenção e perseguição ideológica nas universidades federais, entre outros – pode, num primeiro momento, ser compreendida, é mais difícil digerir a apatia quando vêm a público anúncios como corte de vacinas e medicamentos na rede pública ou quando a frustração de promessas materializa-se no desemprego crescente e na queda da renda.

Quanto à violência, tanto a ilegal quanto a legal, é

necessário destacar que a política de força e morte sobre populações periféricas conta com apoio nada desprezível da opinião pública. Na última semana de setembro, monitoramento de redes realizado por equipe da Agência PT mostrou que de doze mil postagens no Facebook analisadas desde o dia do assassinato, 37% eram de defesa da ação da polícia militar e do Estado e 14,4% mostraram-se neutras, sem críticas ou elogios. Somados, o apoio e a omissão superam as 48,5% das menções compostas de críticas à política oficial de morte. Em enquete aberta na internet, o jornal carioca *O Dia* perguntava, na segunda, 23, se o leitor apoiava ou não a política de segurança do governador Wilson Witzel. 74% afirmaram que sim – a despeito da possibilidade de ação de milícias digitais a inflar o resultado, o índice não deixa de trazer inquietações.

O capítulo segurança pública permanece um campo favorável às abordagens conservadoras, racistas e punitivistas e segue reclamando por uma intervenção propositiva mais eficaz e factível por parte das forças progressistas e de esquerda.

### Estado sob fogo

Após pelo menos duas décadas em que setores políticos e mídia insistem que o tamanho do Estado brasileiro e o número de servidores públicos são problemas estruturais do país e um entrave ao desenvolvimento, o atual governo federal e assemelhados nos estados trafegam com tranquilidade pela via do desmonte, inflados por uma opinião pública a favor dessa opção ou narcotizada pela desinformação.

O governo federal não apenas anuncia com pompa a liquidação de parte significativa do patrimônio público, incluindo empresas estatais estratégicas como Petrobras e Eletrobras. Agora, neste exato momento, atitudes práticas vão desarticulando serviços públicos essenciais para a maioria da população.

Se, como destacado pela filósofa Marilena Chauí em recente encontro realizado pela Fundação Perseu Abramo, o estágio atual do capitalismo pressupõe a retirada de direitos e a transformação destes em mercadorias à disposição no mercado privado, o golpe de 2016 vai confirmando seus pressupos-

tos maiores à medida que o congelamento de gastos por vinte anos, determinado por emenda constitucional aprovada no final daquele ano, mostra seus efeitos práticos.

Os cortes orçamentários não são apenas medidas fiscais de emergência. Têm e terão o efeito de extinguir serviços públicos, como denunciado durante audiência pública na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, em Brasília, no final de setembro.

Convocada para debater e solicitar providências a respeito de inúmeros entraves e perseguições à atividade sindical no setor público – levadas a cabo não só pelo governo central, e sim reproduzidas por outros poderes nas instâncias estaduais e municipais – a audiência trouxe a público relatos de ocorrências localizadas que dão uma medida da atmosfera de perseguição a mecanismos e ferramentas constitutivos da democracia.

Em maio, o presidente do Tribunal de Justiça de Tocantins abriu processo e pediu prisão de dirigentes sindicais por suposta incitação à violência cometida durante ato público. A incitação teria se dado, segundo o juiz, pela presença de um caixão cênico utilizado na mobilização, realizada diante do tribunal. Os trabalhadores públicos do Poder Judiciário, por sinal, vivem a particularidade de ter suas greves e mobilizações julgadas pelos seus patrões, segundo destacado por lideranças presentes à audiência. Um dos casos relatados é o de dirigente sindical multado em um milhão de reais por ter liderado greve – a multa não foi imposta ao sindicato, mas à pessoa física do dirigente.

A pressão econômica também se dá na via oposta, com órgãos públicos dificultando aos sindicatos o recebimento de mensalidades voluntárias. A Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra) denunciou que há entidades filiadas sem receber as contribuições há mais de três meses, embora a medida provisória 873/19, adotada pelo atual governo com essa finalidade, não esteja mais em vigor. Foram relatadas também perseguições à atividade sindical como o confisco de celulares de dirigentes, interrupção de reuniões e assembleias com a ajuda de forças de segurança

e a recusa de autoridades públicas de se reunirem com sindicatos para debater pautas e ouvir sugestões. A mesma Fasubra, por exemplo, afirma estar há nove meses solicitando audiência com o ministro da Educação, sem sucesso.

Diante desse quadro, o conjunto de entidades sindicais do funcionalismo, além de ter solicitado apoio à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, insiste junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT) para que o governo brasileiro seja denunciado internacionalmente pelo não-cumprimento da Convenção 151, que garante negociação coletiva no serviço público e da qual o Brasil é signatário.

“Há pessoas que usam seu cargo e o poder que lhe conferem para fazer o que bem querem. Essa atitude está longe dos valores liberais que dizem professar. Essas pessoas vão testando seus limites”, afirmou Sandro Alex de Oliveira Cezar, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS). “E nós, servidores, somos a resistência a isso. Por isso nos perseguem. Se não acabarem conosco, não terão paz”, completou.

Durante a audiência, solicitada pela seção brasileira da Internacional de Serviços Públicos (ISP), o deputado Elvino Bohn Gass (PT-RS), titular da Comissão, destacou ainda a proposta de reforma administrativa defendida pelo governo e os ataques já em curso, como a intervenção nas universidades federais e na Polícia Federal. “Estamos em pleno caminho para um Estado totalitário que, para se constituir

como tal, precisa destruir o serviço público. Precisamos dizer à população que não se trata apenas de Bolsonaro. É um projeto antidemocrático para acabar com os direitos da população”.

“O que temos em curso é o desmonte de políticas que são fundamentais para a busca e a manutenção da equidade”, lembrou a deputada Érika Kokay (PT-DF), também titular da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. “Vimos aqui que em certos estados da nação existe a proposta de extinção de comarcas do Poder Judiciário”, exemplificou a parlamentar. “Precisamos mostrar para a população que a culpa pela má qualidade dos serviços públicos não é dos servidores”. Na opinião da parlamentar, o ataque aos sindicatos não é um fim em si mesmo. “É o meio para atacar o Estado de Direito, que não existe plenamente sem o direito de se organizar sindicalmente. Estamos vivendo um Estado de exceção”, criticou.

### Previdência

No dia 30 de setembro, as centrais sindicais enviaram nota ao Senado solicitando a suspensão da tramitação da chamada reforma da Previdência. No texto, as entidades argumentam que não bastassem as projeções de uma catástrofe social caso o projeto seja aprovado, há o recente estudo da Unicamp que coloca em xeque os números apresentados pelo governo para justificar as mudanças, suspeitos de fraude.